



Revista Gestão Universitária na América

Latina - GUAL

E-ISSN: 1983-4535

revistagual@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Brasil

Almino Francisco, Thiago Henrique; Keiko Nakayama, Marina; Moraes Ramos, Alexandre; Serpa
Pinto, Rodrigo; Meneghel Rodrigues, Thiago

A COLABORAÇÃO DO SEGMENTO PRIVADO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PROPOSTA DE
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO: UM ESTUDO DA PERSPECTIVA SUL CATARINESE

Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, vol. 7, núm. 1, enero-, 2014, pp. 79-105

Universidade Federal de Santa Catarina

Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319330058006>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A COLABORAÇÃO DO SEGMENTO PRIVADO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PROPOSTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO: UM ESTUDO DA PERSPECTIVA SUL CATARINESE

**THE COLLABORATION PRIVATE SEGMENT OF HIGHER EDUCATION IN
PROPOSAL DEMOCRATIZING ACCESS: A STUDY PERSPECTIVE OF SOUTH
CATARINESE**

Thiago Henrique Almino Francisco, Doutorando
Faculdade Capivari - FUCAP
proftf@gmail.com

Marina Keiko Nakayama, Doutora
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
marina@egc.ufsc.br

Alexandre Moraes Ramos, Doutor
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
amrrms@gmail.com

Rodrigo Serpa Pinto, Doutorando
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
serparg@hotmail.com

Thiago Meneghel Rodrigues, Doutorando
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC
thiago.meneghel@ifsc.edu.br

Recebido em 28/abril/2013
Aprovado em 23/outubro/2013

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

RESUMO

Considerando a democratização do acesso à educação superior, o artigo tem como objetivo apresentar quais são as principais contribuições de Faculdades Isoladas localizadas no Sul do Estado de Santa Catarina. Para tanto, as contribuições teóricas se estruturam sob a égide de uma reflexão baseada na evolução da educação superior no Brasil, em reflexões sobre a qualidade no segmento e sobre o PNE como instrumento norteador da expansão da educação superior. Desse modo, com base nas orientações metodológicas, a pesquisa configura-se como sendo predominantemente qualitativa, tendo suas bases principais centradas em um estudo de caso de IES localizadas no sul do estado de Santa Catarina. Os resultados permitem inferir que os principais indicadores de práticas vinculadas a observância das características sociais do entorno permitem alinhar ações acadêmicas e administrativas que fomentam a democratização do acesso, a equidade e a permanência, fomentando oportunidades para a consecução dos objetivos do Plano Nacional da Educação.

Palavras-Chave: Educação Superior. Faculdades Isoladas. Democratização do Acesso.

ABSTRACT

Considering the democratization of access to higher education, the article aims to present what are the main contributions of Colleges Isolated located in the southern state of Santa Catarina. Therefore, the theoretical contributions are structured under the aegis of a reflection based on the evolution of higher education in Brazil, reflections on the quality in the segment and the PNE as a guiding instrument of expansion of higher education. Thus, based on methodological guidelines, the research is characterized as being predominantly qualitative, with its main bases centered on a case study of HEIs located in the southern state of Santa Catarina. The results allow us to conclude that the main indicators that practices related to compliance with the characteristics of the social surroundings allow align academic and administrative actions that promote democratization of access, equity and retention, fostering opportunities for achieving the objectives of the National Plan of Education.

Keywords: Higher Education. Isolated colleges. Democratization of Access.

1 CONSIDERAÇÕES PROPEDÊUTICAS

O Plano Nacional da Educação, instituído pela Lei No 10.172, de 09 de janeiro de 2001, estipulou uma série de objetivos e metas orientados ao desenvolvimento de políticas para a consolidação da educação superior como um mecanismo estratégico de desenvolvimento para o país. No decorrer dos anos, as respectivas ações para o seu cumprimento determinaram uma série de críticas sobre as intenções de construção de um sistema de educação exequível e justo, fomentando questionamentos ao êxito dos objetivos.

Dentro deste contexto, de acordo com o Plano, foram 35 objetivos que demandaram políticas de desenvolvimento e que podem ser agrupados em objetivos gerais de acesso, democratização e permanência, e os objetivos vinculados ao financiamento e gestão. Apesar de criticados, diversas políticas públicas foram instituídas e delineadas de modo a promover o cumprimento de cada meta, na intenção de promover a consolidação da educação superior tal como ela é nos dias atuais.

Para a educação superior, um dos principais objetivos é aquele que mais delineou discussões sobre a eficácia da proposta decenal. Tal como cita a Lei que instituiu o documento, uma das principais intenções para a educação superior era a de incluir pelo menos 30% dos jovens entre 18 e 24 anos na educação superior. Porém, mesmo com o esforço significativo da iniciativa privada, que conforme Garcia (2006) incrementou o acesso em mais de 300% em um período de dez anos, não foi possível atingir o patamar elencado, fazendo com que, atualmente, de acordo com INEP (2011) e dados da OCDE (2010), a taxa líquida de escolarização esteja apenas no patamar de 14%.

A partir desses pressupostos, o artigo tem como objetivo precípua apresentar contribuições de Faculdades Isoladas localizadas no Sul do Estado de Santa Catarina e que estão vinculadas ao processo de democratização do acesso. Em sua estrutura, o capítulo introdutório apresenta os principais direcionamentos que orientam o pensamento voltado a contribuição do segmento privado na educação superior. Em seguida, na fundamentação teórica, surgem aspectos vinculados a evolução da educação superior no Brasil, sobre a qualidade no contexto do segmento superior, mais precisamente no âmbito da livre iniciativa e sobre o PNE como mecanismo norteador da expansão. No decurso do trabalho, em seu terceiro capítulo, apresenta-se

a metodologia do trabalho que orienta o capítulo quarto, a análise dos dados, e determina as considerações finais elencadas no capítulo quinto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste item apresentam-se as principais contribuições teóricas que norteiam a pesquisa, permitindo que o trabalho possua aderência com a temática em questão e determinando as interlocuções responsáveis pelo fomento dos resultados da pesquisa.

2.1 A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A fase inicial, de acordo com Oliven (2002) e Trindade (2008), tem o foco na construção de uma estrutura para a criação das universidades no Brasil, já que estas instituições permitiriam o desenvolvimento de um País independente. Além do desenvolvimento social, a criação de uma instituição de educação superior, nos moldes de uma universidade, deveria seguir um modelo próprio e relacionado com os ensejos do Brasil, já que os precursores dessa fase acreditavam serem essas instituições, em diversos países, consideradas referências, já suplantadas e retrógradas. Destacado por Morhy (2003), com a adoção de um modelo próprio, o Brasil poderia concretizar uma identidade e um posicionamento de vanguarda, buscando um modelo de universidade diferenciada, baseado nas necessidades de um País em desenvolvimento.

De acordo com Oliven (2002), na primeira fase, os modelos de universidade foram constituídos como um centro de atividades restritas e que não usufruíam de sua autonomia para uma construção social, de acordo com os desígnios da sociedade. Sob a orientação das reflexões de Teixeira (1989), criam-se diversas instituições isoladas originadas dos 24 projetos de universidades apresentados no período que compreendido entre os anos de 1808 a 1889, já que os precursores as consideravam os modelos mais adaptados às necessidades do Brasil.

Apesar dos pontos divergentes e do surgimento de diversas instituições isoladas, em 1920, constituiu-se a primeira universidade no Brasil, como tentativa de comemorar o centenário da Independência. Ela se localizava na capital nacional por iniciativas políticas e se constituiu para receber o rei da Bélgica e lhe oferecer o título de Doutor *“Honoris Causa”*.

A segunda fase tem inicio com a descentralização política, que ocorre a partir de 1930 e promove a consolidação de algumas áreas necessárias ao desenvolvimento do Brasil. Na época,

segundo destaca Paim (1982), um dos pontos discutidos era a reforma da educação superior, que culminou em um dos primeiros atos normativos do modelo educacional no Brasil. Este propôs uma orientação para a atuação da iniciativa privada, tendo como idealizador Francisco Campos e a Associação Brasileira de Educação (ABE), como base central dessas discussões.

Resultante dessa proposta de expansão, constituiu-se o Estatuto das Universidades Brasileiras, alinhando atos para o desenvolvimento da educação superior no Brasil e instituindo bases regulatórias comandadas pelo governo. Além disso, o clero era norteador das ações de formação, criando um modelo institucional no Brasil, a partir da formação de cátedras de ensino e da ênfase dada à pesquisa como aspecto formador de conhecimento. Com base nessas ações, diversas universidades foram criadas até o ano de 1961.

Dentre as principais, formou-se a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, a partir de um movimento articulado por pensadores paulistas, amparados por instrumentos de formação de opinião, que construíram uma instituição a partir da orientação do modelo de Humbolt. A construção foi um referencial no desenvolvimento da educação superior brasileira, já que permitiu a descentralização acadêmica e a constituição de novos cursos que estavam além das restritas necessidades sociais do Brasil.

Até 1961, além das 22 universidades federais criadas, as escolas isoladas também acompanharam esse desenvolvimento, consolidando a integração de cursos e as ações para atender aos estudantes de nível médio que procuravam outros programas curriculares, além daqueles propostos ao desenvolvimento do País. Essas escolas, de acordo com Soares (2002), não tinham qualquer preocupação com a pesquisa e se detinham ao ensino como sendo sua principal atividade, permeando-se até a contemporaneidade como um modelo dinâmico e complexo.

A terceira fase, de acordo com Oliven (2002), tem início com as ações do Governo Militar, que suprimiram a relevância da educação superior pelo fato de este modelo educacional promover um ambiente de reflexão considerado anarquista, indo de encontro aos pressupostos governistas. Foram quase 20 anos de um desenvolvimento aquém das expectativas lavradas pelos instrumentos legais, fazendo do Brasil um país situado fora do eixo dos desenvolvimentos econômico, social e, sobretudo, educacional, em que os países considerados desenvolvidos se posicionavam.

Nesse período, as principais ações estiveram relacionadas à discussão sobre o posicionamento da universidade no contexto social e aos impactos de suas produções, onde os instrumentos legais foram discutidos, e as universidades, principalmente as federais, ganharam um novo escopo, quando suas atividades foram realinhadas. Conforme as considerações de Fernandes (1974), com uma tentativa de readequar a LDB, criaram-se uma organização departamental das instituições e uma nova orientação ao exame vestibular para o ingresso na educação superior. Com base nos direcionamentos da proposta de revisão da legislação, outra ação de impacto estaria relacionada ao trabalho prospectivo efetuado pelo governo no sentido de promover uma expansão que não saiu do papel, mas se consolidou no “melhor diagnóstico que o Governo já tentou, tanto dos problemas estruturais com que se defronta o ensino superior, quanto das soluções que eles exigem” (FERNANDES, 1974, p.4 e 5).

O resultado desse trabalho, destacado por Oliven (1989), foi o que se chamou “Lei da Reforma Universitária”, por intermédio da Lei N° 5.540, de 28 de novembro de 1968. Ela trouxe, em seu bojo, alguns aspectos que determinaram uma estrutura gerencial para as universidades federais, além de abrir discussão sobre a importância da pós-graduação para a construção do conhecimento científico. Essa Lei, entre outros aspectos, promoveu a discussão sobre a estrutura da educação superior no Brasil e permitiu que a iniciativa privada ganhasse espaço por meio de diversas possibilidades que emanavam do instrumento legal.

A partir desse fator, de acordo com Oliven (2002), o País passou a contar com 65 universidades, concentrando 86% das matrículas na iniciativa privada. Curiosamente, o número é semelhante ao encontrado atualmente, já que, de acordo com os dados do INEP (2011), a iniciativa privada continua encabeçando algumas ações no sentido da democratização do acesso à educação superior. Além disso, na época, os modelos educacionais - desenvolvidos pelas escolas isoladas -valiam-se de atividades direcionadas ao ensino, sendo a pesquisa, mormente, desenvolvida no contexto das universidades.

Com esse modelo consolidado, surgiu, então, a etapa que pôde ser considerada como um divisor de águas na educação superior brasileira. A partir do ano de 1985, iniciaram-se discussões que resultaram na promulgação da Constituição Federal que ajustou os aspectos legais determinantes para que a educação ganhasse um espaço no desenvolvimento da identidade nacional. Entre os principais direcionamentos, Oliven (2002) e Voos (2004) destacam que a

Constituição Federal (1988) fez com que o país passasse a direcionar uma fatia de sua arrecadação para aplicar ao desenvolvimento da educação, especialmente no segmento superior.

Em 1996, surgiu a Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, considerada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que trouxe inovações para o segmento educacional. A educação superior, sobretudo o segmento privado, passou a buscar o desenvolvimento sob os aspectos determinados pela lei. Isso promoveu o que Garcia (2006) chama de *boom* da educação superior no Brasil, desde que atendidas considerações destacadas pela Constituição.

Com a lei, surgiram diversos modelos e estruturas que assumiram os objetivos e os compromissos de nortear o desenvolvimento, tanto qualitativo, quanto quantitativo, da educação superior, requerendo ações conjuntas e direcionadas à consolidação de instrumentos que pudessem avaliar o desenvolvimento do processo educacional em diversos aspectos, sobretudo no ensino e na gestão. Também se destacam reflexões vinculadas à consolidação dos modelos institucionais, direcionando o ambiente complexo e competitivo que a educação superior encontra na contemporaneidade e as principais características adotadas por universidades, centros universitários e faculdades isoladas.

2.2 BREVES REFLEXÕES SOBRE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Na educação superior, especialmente no contexto da livre iniciativa, a discussão sobre a qualidade e seus atributos estão relacionadas a compreensão de uma série de aspectos que se permeiam no âmbito objetivo e subjetivo. Entre seus atributos, encontram-se uma série de fatores que estão consubstanciados na identidade institucional, sobretudo após a promulgação da Lei 10.861/2004 que instituiu o sistema de avaliação institucional em voga. Ainda neste sentido, falar em qualidade no âmbito da educação superior também alimenta uma discussão quanto a eficácia das ações institucionais no âmbito público, adentrando a uma reflexão sobre a efetividade das políticas públicas e da contribuição da universidade pública federal no âmbito do processo de formação humana e social.

Ao se discutir o conceito de qualidade, torna-se fundamental identificar que os atributos não estão relacionados a um aspecto consensual, sobretudo a partir do surgimento de instrumentos legais responsáveis por orientar o desenvolvimento das instituições. Assim como

destacam Vieira (1995) a qualidade no âmbito educacional é um conceito de diversas definições, o qual deve considerar o escopo institucional, os objetivos e as diversas ferramentas para o cumprimento do projeto institucional. Entre as diversas facetas, o conceito de qualidade na educação superior está centrado na compreensão de orientações superiores, tendo as políticas públicas e a observância aos aspectos regulatórios como sendo preponderantes. Estes aspectos se confirmam no momento em que a qualidade, além de ser um aspecto político-administrativo, é também um conceito comparativo na medida em que tomam valores, medidas de desempenho e aspectos estatísticos em detrimento de outros.

A partir das orientações de Dias Sobrinho (2004), destaca-se que a qualidade também está fundamentada em questões alinhadas a complexidade, já que considera o contexto e a dinamicidade do ambiente no qual a instituição se posicional. Tal aspecto fica evidente no momento em que se comprehende o Plano Nacional de Educação e as diversas orientações sobre a avaliação como sendo mecanismos de controle e orientação qualitativa, momento no qual é possível considerar diversos indicadores que se alinham às definições de qualidade na educação superior.

Com base nestas orientações, a avaliação torna-se uma ferramenta dinâmica no cenário da educação superior como um instrumento aplicado à melhoria do ensino, já que orienta os diversos modelos institucionais quanto ao desenvolvimento de seus projetos institucionais, os quais consideram uma realidade intrínseca da instituição e seus os resultados operacionais e sociais. Isso confirma o fato destacado por diversos autores, dentre eles Gomes (2002), Dias Sobrinho (2003), Catani e Oliveira (2002) e Real (2007), já que considera o fato de que a educação superior na configuração proposta pelo Tratado de Bolonha passa a observar as questões e a lógica do mercado, assumindo o papel de transformação social destacado por Esteves (2007).

Nos ensejos de Real (2007), a qualidade na educação superior é fruto de uma construção coletiva desenvolvida no decurso dos anos após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a qual instituiu critérios claros e concisos, sobretudo no ambiente da livre iniciativa. Para a autora, qualidade é um “objeto de motivação sistemática de avaliação adotada, em um período em que esta se tornou uma das questões centrais no campo do ensino superior” (REAL 2007, p.83).

A partir destas orientações, diversas ações urgem no cenário de desenvolvimento da educação superior na tentativa de desvendar o conceito da qualidade e seus atributos, os quais vão se instituindo com a contribuição dos instrumentos legais alinhados com o processo educacional. Eles se colocam com a função de promover uma compreensão do caminho de desenvolvimento de um grupo de instituições engajados na construção de uma identidade para o sistema de educação superior, estabelecendo perspectivas e prospectando resultados delineados a contexto da livre iniciativa.

Com o surgimento do Plano Nacional da Educação, uma nova ênfase se coloca nos critérios de qualidade aplicados ao contexto da livre iniciativa, os quais tinham a função de nortear o desenvolvimento operacional e estratégico das instituições. Tal como destaca Brandão (2006) é o momento de uma nova discussão surge, colocando em pauta a pertinência dos critérios que são responsáveis por norteador o desenvolvimento de um segmento responsável por incluir um número alto de jovens entre 18 e 24 anos no âmbito do ensino superior.

2.3 O Plano Nacional de Educação: políticas e ações para a democratização do acesso

Dentro do PNE uma meta que se apresentou como relevante estava relacionada com a oferta do ensino superior por intermédio da universidade publica, absorvendo acadêmicos da rede privada de ensino médio para as vagas destinadas aos aspirantes sem condições de financiamento. A ideia do plano era ampliar esta oferta ao patamar de 40% do total das vagas, a partir de parcerias entre a união, os estados e os municípios. Contudo, tanto por meio de parcerias, quando por intermédio de políticas públicas, percebe-se que o acesso à educação superior mantém as proporções semelhantes às da concepção do no Brasil, já que a iniciativa privada detém, conforme dados de Kleber e Trevisan (2010), praticamente, 75% das matrículas e quase 80% das instituições em todo o Brasil.

Na visão de Frauches e Fagundes (2007) o terceiro objetivo logra êxito a partir da instrumentação legal que promoveu o processo de regulação como sendo parte da expansão da educação superior. Pelas orientações dos diversos instrumentos legais, especialmente do Decreto N° 3.860, de 09 de julho de 2001, a iniciativa privada se expandiu de modo a acessar as mais diversas regiões do Brasil, culminando no crescimento exponencial da educação superior em regiões como a Norte e Nordeste que apresentam números expressivos de evolução no decurso

das edições do Censo da Educação Superior. Desse modo, cumpre-se o Art.7º da LDB, já que a expansão da iniciativa privada se dá de acordo com os direcionamentos propostos à qualidade e a observância da estrutura física alinhada ao processo de ensino e aprendizagem, assim como nas proposições constitucionais e da LDB.

O quarto objetivo apresentou êxito na sua consecução quando se identificam os números da expansão da educação a distância, englobando os diversos níveis de educação no Brasil. A construção deste sistema contribuiu com o acesso a educação superior e permitiu que houvesse uma convergência de esforços para promover a educação superior como instrumento de inclusão e também delineou o desenvolvimento de métodos inovadores de ensino.

No decurso e evolução do plano, o quinto objetivo se apresenta como suporte para os demais compromissos, e passou buscar o que a própria constituição estabeleceu em seu Artigo 207, garantindo a autonomia didático-científica e de gestão das universidades federais. Este objetivo, discutido nos diversos modelos institucionais, não logrou o devido êxito, sobretudo no âmbito público, já que estas instituições ficaram a mercê dos orçamentos públicos para que fosse garantida a sustentabilidade financeira ensejada pela estrutura da instituição. Na iniciativa privada, ele não se consolida em função das atividades de regulação que não tem a capacidade de absorver a extensão do sistema, tal como é apresentado por Gouveia et. al. (2008).

No sexto objetivo do PNE, é possível identificar esforços convergentes no sentido de promover a expansão e consolidar o financiamento da educação superior. Graças à promulgação da Lei N° 10.861, de 14 de abril de 2004 foi possível criar uma identidade sustentável a todos os modelos institucionais de educação superior por intermédio de um estudo sistemático das instituições amparado por dez dimensões. Por intermédio do SINAES, foi possível construir um modelo de avaliação institucional como mecanismo de construção coletiva, estratégica, formativa e sistêmica, estruturando procedimentos apoiados em discussões importantes no âmbito da cada modelo institucional. O êxito se constitui quando o sistema é construído e socializado, mas é muito discutido, especialmente pelas críticas de Garcia (2011), já que, por sua robustez, ele torna-se incapaz de mensurar a realidade das instituições e de cursos no Brasil. O SINAES, apesar de cumprir um dos principais objetivos do Plano Nacional da Educação passa a ser severamente questionado pela comunidade acadêmica por não atender, na totalidade, os anseios de um segmento complexo e competitivo.

À consecução de outros objetivos considerados como base do plano para a educação superior, destacam-se contribuições de instrumentos legais que sistematizaram a LDB e deram suporte para a consolidação de diversos objetivos, tais como:

- Lei 10.558, de 13 de novembro de 2002, que institui o programa Diversidade na Universidade.
- A Portaria MEC N° 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que consolidou sistemas híbridos de ensino.
- O Plano Nacional de Pós-Graduação (2005) que delineou a contribuição da pesquisa para a expansão qualitativa da educação superior.
- As Diretrizes Curriculares Nacionais, sistematizadas por Frauches (2007), pelo Decreto N° 5.773, de 09 de maio de 2006 e pelo Decreto N° 6.303, de 12 de dezembro de 2007.
- O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), promulgado pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007.
- Os Programas de financiamento que atualmente são mantidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) conhecidos como FIES e ProUni. O FIES é instituído pela Lei N° 10.260, de 12 de julho de 2001 e o ProUni pela Lei N° 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

Em um segundo momento, a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior trouxe uma série de inovações no contexto da educação superior, permitindo a consolidação dos diversos modelos de instituições e consolidando o conceito de autonomia nas instituições. A partir destes princípios o processo de avaliação institucional ensejado por Brasil culminou na consolidação de um sistema de avaliação amplo e diversificado que englobe todos os setores e permita o alinhamento entre ensino, pesquisa, extensão e gestão na educação superior.

Em sua estrutura operacional, o SINAES convergiu para o cumprimento de outros objetivos do PNE, sobretudo os vinculados a qualificação dos processos de ensino e expansão das instituições. A partir da avaliação institucional, foi possível caminhar no sentido do cumprimento da LDB a partir dos instrumentos legais que consolidaram o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC). Estes instrumentos permitiram consolidar o parágrafo segundo do artigo 54º da LDB, determinando aspectos de autonomia às instituições que apresentem conceitos satisfatórios nos indicadores de composição de cada conceito, promovendo os

periódicos processos de renovação de reconhecimento de cursos e de recredenciamento institucional.

A consolidação do SINAES, além de promover a participação da comunidade externa nos conselhos universitários, ainda caminhou no sentido de ensejar a melhoria estrutural das instituições por meio de seus diversos instrumentos de avaliação que, assim como destaca Silva (2008) tornam-se norteadores para a tomada de decisão da Instituição a partir de uma investigação sistematizada no contexto institucional. Surgem daí diversos indicadores para a compreensão da realidade institucional, especificamente no sentido de proporcionar um retrato técnico e estrutural da instituição, os quais se permearem pelos demais instrumentos de avaliação e promoveu os padrões mínimos de qualidade como condição para a perenidade institucional, sendo consolidados nos processos regulatórios da educação superior.

No processo de consecução dos objetivos do PNE, Frauches e Fragundes (2007) destacam que a partir criação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) foi possível delinear ferramentas que permitiram consolidar a formação do egresso com base nas competências ensejadas pelo curso. Entre outros aspectos, as DCNs estabeleceram a necessária flexibilidade no cumprimento dos programas curriculares, atendendo as necessidades e peculiaridades de cada região, além de consolidar a pluralidade curricular e a discussão de problemas de modo transversal e interdisciplinar.

Já com relação ao financiamento da educação superior no Brasil, duas políticas encontram-se definidas e consolidadas como ferramentas importantes de acesso, democratização e permanência na educação superior. O Fundo de Financiamento ao Estudante da Educação Superior (FIES) trouxe diversas ações no sentido de atingir a taxa de escolarização de 30% na educação superior. Em conjunto com o Programa Universidade para Todos – ProUni – foi possível criar uma série de mecanismos para inserir os estudantes de menor renda na educação superior, fator primordial na construção de um sistema nacional de educação.

Um dos objetivos do PNE estava relacionado com a criação de cursos noturnos na educação superior, facilitando o ingresso de estudantes que conciliavam a vida acadêmica com as atividades laborais. No segmento privado isso se consolidou de modo rápido e eficaz, promovendo a expansão amplamente discutida por Braga (2009), Garcia (2006) e Machado (2008). No segmento público, um mecanismo importante foi criado no sentido de promover este

desenvolvimento, contando com subvenção do governo federal e que foi intitulado de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

O programa serviu para consolidar o segmento público e apresentar uma parcela de contribuição importante em um cenário que ansiava por vagas e expansão com qualidade. Em seu arcabouço teórico-metodológico, o programa previa a contribuição do governo federal na disponibilização de estruturas para a oferta de cursos noturnos e na oferta de outros pontos fundamentais ao desenvolvimento da educação superior. O REUNI ainda trouxe uma parcela de contribuição importante a educação superior, sobretudo ao segmento público, pelo fato de promover a mobilidade acadêmica entre os estudantes das universidades federais, ao consolidar o investimento estatal na educação superior a partir de orçamentos exequíveis.

A instituição do REUNI fez com que uma proposta inovadora pudesse prestar uma contribuição ao segmento privado. O Programa de Melhoria de Ensino das Instituições de Educação Superior, em parceria com o BNDES, ainda não se consolidou como uma política afirmativa e de contribuição a educação superior do segmento privado. Contudo, as ações da livre iniciativa caminham para o estreitamento do laço entre as instituições e os órgãos de fomento ao desenvolvimento econômico brasileiro.

Por fim, a diversificação do sistema de educação superior, favorecendo o estabelecimento de instituições não universitárias, permitiu a sistematização da LDB no contexto da educação superior garantindo a atividade da iniciativa privada.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No contexto das técnicas empregadas, a investigação utiliza-se da documentação indireta e da documentação direta, consubstanciando o levantamento das informações necessárias ao delineamento da pesquisa e a consecução dos objetivos. Baseado nas evidências de Souza, Fialho e Otani (2007), a documentação indireta se configura no momento em que a pesquisa se utiliza documentos pré-existentes nas instituições que registram as atividades gerenciais e o desenvolvimento do PDI e de leis, decretos, regulamentos e normas que orientam a atividade institucional. Já a documentação direta, se caracteriza na ocasião em que os dados são obtidos por intermédio de instrumentos específicos de coleta aplicados no local onde os fenômenos ocorrem, constituindo os dados primários inerentes à investigação.

Quanto à natureza, a investigação se classifica como sendo uma pesquisa básica, já que busca utilizar a revisão de literatura como fator preponderante para a construção de novos conhecimentos, os quais são úteis para a compreensão do avanço das pesquisas em gestão da educação superior, contribuindo com a estrutura das instituições isoladas como um todo. Este tipo de pesquisa não contempla um procedimento de aplicação dos resultados, mas visa a consolidação da ciência em determinadas comunidades, neste caso aos gestores institucionais, permitindo e orientando uma orientação à aplicação posterior dos resultados encontrados.

Na abordagem dos objetivos, considerando as definições de Souza, Fialho e Otani (2007), Gil (2010) e Vergara (2005) a pesquisa se configura como sendo descritiva no momento em que se propõe a descrever as principais contribuições de Faculdades Isoladas localizadas no Sul do Estado de Santa Catarina relacionadas ao processo de democratização da educação superior.

No decurso da abordagem dos objetivos, a pesquisa também pode ser classificada como exploratória já que, com base nas contribuições de Souza, Fialho e Otani (2007) , é desenvolvida no cenário das faculdades isoladas, consideradas por Machado (2008) como sendo uma área que enseja conhecimentos gerenciais e é carente de informações vinculadas à construção da identidade institucional e da estruturação gerencial. Isso se confirma no momento em que se aplicam premissas da revisão sistemática no processo de investigação, descritos por Gil (2010) como um procedimento que permite coletar, classificar e sistematizar relacionados à questão de pesquisa, utilizando bases de dados na busca e coleta de material.

Por derradeiro, a pesquisa configura-se como sendo um estudo de caso, considerando o método multi-caso a partir das contribuições de Yin (2001), já que busca-se investigar de modo empírico um fenômeno dentro de seu contexto real, neste caso diretamente no âmbito das Faculdades Isoladas localizadas no sul do estado de Santa Catarina. Desse modo, a pesquisa considera os limites, perspectivas, momentos e cenários envoltos a um segmento complexo, além de se amparar na vivencia de cada gestor que participa do processo de coleta de dados, retratando as ações, atividades e demais aspectos que se referem aos modelos estudados, permitindo replicações e novas construções com base no estudo dos dados produzidos e sistematizados.

4 A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO POR MEIO DE INSTITUIÇÕES ISOLADAS: CONTRIBUIÇÕES NO ENTORNO SUL CATARINENSE

4.1 “IES A”

As intenções da Instituição, de acordo com as contribuições da pesquisa, estão delineadas em sua área de atuação acadêmica, confirmando as intenções da “IES A” de atender aos ensejos da comunidade do entorno ao preconizar áreas, como: o empreendedorismo, a tecnologia e as ciências sociais aplicadas, atuando em uma região que apresenta um alto potencial para a inovação nas organizações que compõem o conglomerado empresarial da região. Em seu perfil institucional, a Instituição, credenciada como Faculdade Isolada, posiciona-se de modo a proporcionar uma contribuição às áreas prioritárias do desenvolvimento do País, formando profissionais aptos às necessidades do mercado regional.

Com base nas contribuições da pesquisa, percebe-se que a Instituição desenvolve suas contribuições dentro das prerrogativas destacadas por sua área de atuação acadêmica elencada em seu PDI, aperfeiçoando seus objetivos a partir das perspectivas da qualidade dos ensejos da avaliação institucional, utilizando-a como ferramenta gerencial. Ainda de acordo com a investigação, os dados resultantes do instrumento de coleta de dados relatam que a “IES A” desenvolve suas atividades desde 2000, contando, atualmente, com 600 acadêmicos matriculados em seus cursos de graduação.

Ao considerar o número e o perfil de acadêmicos, especificamente no âmbito da graduação, percebe-se que a Instituição está de acordo com o perfil das Faculdades Isoladas, que atuam no contexto da educação superior no Brasil, constituindo um ambiente dinâmico, complexo e competitivo, de modo a proporcionar uma contribuição em poucas áreas do conhecimento. Isso se comprova no momento em que os dados da pesquisa retratam que, de seus 600 estudantes, a Instituição possui mais de 70% de seus acadêmicos na faixa etária de 18 a 24 anos, considerada prioritária no âmbito dos dados relacionados à escolarização líquida no Brasil.

Dentro de suas ações estratégicas, a Instituição também preconiza a inclusão por intermédio de políticas afirmativas e de financiamento, utilizando prerrogativas de democratização de acesso e de inclusão. Isso se confirma no momento em que as investigações mostram que a Instituição, que possuidora de 30% de seus acadêmicos com algum tipo de financiamento, oferta oportunidades, tais como o Programa Universidade para Todos (PROUNI),

reformulado pela Portaria Normativa Nº 11, de 04 de maio de 2010, vinculando o processo de adesão a uma avaliação satisfatória, tendo por base o Índice Geral de Cursos Avaliados.

Outro programa, com o fim de proporcionar o acesso, a inclusão e a permanência, utilizado pela Instituição é o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o FIES. Além desses, a “IES A” também possui o seu Regulamento Financeiro, que determina as regras e demais regulamentações relacionadas à política de bolsas e descontos, constituindo-se como um programa de financiamento próprio e devidamente institucionalizado.

Sob esse aspecto, importa destacar as contribuições de Monteiro (2011) e Garcia (2011), que evidenciam a contribuição de programas de financiamento próprios da instituição, já que eles possuem uma flexibilidade maior do que os programas governamentais, permitindo que mais acadêmicos possam partilhar do benefício. Ao optar por esse tipo de possibilidade, a “IES A” permite que suas atividades educacionais ganhem escopo para atender às classes sociais abastadas que, de acordo com Garcia (2011), se tornam o público-alvo da educação superior.

A “IES A”, assim como o conglomerado de instituições de perfis semelhantes, tem a evasão como uma preocupação preponderante e considerável. No segmento, de acordo com Monteiro (2011), os indicativos vinculados à evasão chegam perto dos 14%, sendo que o seu controle eficaz passa a se tornar um aspecto determinante ao sucesso das atividades da instituição.

4.2 “IES B”

O desenvolvimento da educação superior no Brasil se estrutura sob contribuições de um segmento que continua em expansão, sobretudo no momento em que se consideram conceitos como democratização do acesso, inclusão, permanência e interiorização. O segmento privado, retratado por Morhy (2003) e plenamente discutido por Rodrigues (2010), estrutura-se pelas atividades das escolas eminentemente isoladas que ofertam cursos com o objetivo de atender aos ensejos sociais da região e às especificidades de um mercado que anseia por educação superior.

As diversas reflexões sobre o cumprimento dos objetivos do PNE mostram que a educação superior continua se desenvolvendo pela atividade do segmento privado, o qual estrutura possibilidades de construção social por meio da atividade das instituições de pequeno porte, que observam com eficácia as necessidades específicas do seu entorno. As instituições

isoladas, nesse contexto, esmeram-se em consolidar suas ações a partir das expectativas de sua comunidade, atendendo a conceitos relacionados aos objetivos destacados nos planos educacionais ensejados pelas políticas públicas no Brasil.

Por considerar os esforços desses modelos institucionais, é possível identificar que os dados do Censo da Educação Superior, divulgados pelo INEP (2011), retratam a estrutura e o funcionamento de instituições que possuem esse perfil e estão inseridas em contextos complexos e competitivos, em função do número de instituições e das perspectivas que as envolvem, discutidas plenamente por Capelato (2011). Por esse aspecto, as atividades dessas instituições devem se dirigir por projetos institucionais consistentes e pautados em objetivos coerentes e factíveis, de acordo com a identidade assumida em sua essência e validada pela avaliação.

Com base nos direcionamentos, a pesquisa identifica que a “IES B” possui o perfil no momento em que se apresenta como Faculdade Isolada com um quantitativo de aproximadamente 700 acadêmicos matriculados em seus cursos de graduação, consolidando as premissas do Plano Nacional da Educação de 2001 e dos objetivos destacados por Garcia (2006) para esse modelo institucional.

Isso se confirma no momento em que a Instituição proporciona educação superior a uma região carente por formação em determinadas áreas do conhecimento, buscando formar diferenciais competitivos em seu ambiente de atividade. Ao identificar as considerações de seu PDI, verifica-se que, a partir de uma revisão do documento em função dos aspectos vinculados ao seu recredenciamento institucional, a Instituição passa a atender a áreas que vão além das ciências sociais aplicadas, contemplando a engenharia e as ciências humanas em seu escopo de atividades, em função do que é apresentado por CAPES (2010), como sendo prioridades para o desenvolvimento do Brasil.

A proposta institucional se confirma aderente aos direcionamentos do Plano Nacional da Educação e aos objetivos preponderantes para a educação superior no Brasil no momento em que se identifica o período de atividade da Instituição, credenciada no ano de 2001. Com suas bases centradas em um ensino de qualidade e orientada para o atendimento das demandas regionais, a “IES B” se posiciona em um ambiente dinâmico e orientado pelo aporte de considerações regulatórias, as quais se concretizam no âmbito dos instrumentos de avaliação e nos indicadores

de qualidade da educação superior, demarcados pela Portaria Normativa N° 23, de 29 de dezembro de 2010.

Por estar no mercado há mais de 10 anos, a “IES B” vivenciou as alterações bruscas promovidas pelos diversos instrumentos legais que regulam a educação superior, especificamente na esfera da avaliação e da regulação. Isso desenvolveu a maturidade gerencial da “IES B”, qualificando seus gestores para a construção de uma identidade institucional e para o atendimento dos objetivos destacados em seu PDI. Este fator determinou diversos diferenciais competitivos no âmbito da Instituição, sobretudo àqueles vinculados ao processo de avaliação.

Outro aspecto que introduz a “IES B”, no contexto do desenvolvimento da educação superior no Brasil, é o atendimento aos públicos prioritários da educação superior, aderentes à proposta da OCDE (2010) e em observância aos direcionamentos descritos por Garcia (2011) e Monteiro (2011), colimando um alinhamento sistemático com os objetivos governamentais para a educação. Tal aspecto se confirma no momento em que os dados da pesquisa retratam o atendimento aos acadêmicos em idade destacada pela OCDE para cursar a educação superior.

Pautada neste direcionamento, a pesquisa mostra que a Instituição atende a mais de 55% desses alunos, sendo que os demais se encontram na faixa etária discutida por Garcia (2011), constituindo a força de trabalho operacional que, ainda, não possui graduação em nível superior. Entre outros aspectos, isso requer um maior esforço na qualificação dos acadêmicos, inserindo-os no universo da educação superior e no contexto do mercado de trabalho, confirmando os objetivos descritos no PDI da “IES B”.

Ao identificar o desempenho dos acadêmicos do curso de graduação em Administração, no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, realizado em 2009, percebe-se que a “IES B” logra êxito em seu processo formativo, promovendo um substantivo valor agregado à formação de seus acadêmicos. Isso confirma o aspecto Indicador de Diferença de Desempenho (IDD), discutido por Capelato (2011), posicionado como sendo um retrato do valor agregado na formação do egresso, a partir da comparação do desempenho dos acadêmicos de uma determinada instituição com os de instituições de perfis e estruturas semelhantes.

A “IES B” apresenta o conceito cinco (5) nesse indicador, considerado o quantitativo máximo a ser aplicado em função de uma escala numérica que vai de um a cinco (1-5). Isso demonstra a eficácia das atividades de ensino e aprendizagem, além de fornecer um subsidio

considerável ao cômputo dos demais indicadores de qualidade da educação superior no âmbito da Instituição.

A preocupação com conceitos ensejados pelos objetivos da educação superior no Brasil é a base para a proposta educacional da Instituição, porque o projeto institucional está calcado no cerne da democratização do acesso, da inclusão e da permanência. O fato se retrata no âmbito institucional, a partir da preocupação da Instituição em promover políticas de financiamento ao estudante, preconizando a utilização de ferramentas que se constituem em prol da inclusão na educação superior e, consequentemente, da democratização do acesso a uma região que necessita de educação superior de qualidade.

Entre tais programas, destacam-se aqueles que são originários das políticas públicas que constam nos projetos de desenvolvimento da educação em nível nacional, tais como o PROUNI e o FIES. Ainda, há os que são desenvolvidos em nível estadual, nos moldes do Art. 170 e do Art. 171, considerados iniciativas inovadoras, desenvolvidas no âmbito do estado de Santa Catarina e aderentes aos objetivos do Plano Nacional da Educação.

A “IES B” ainda possui um programa de financiamento próprio e customizado ao perfil de seus estudantes, o que na visão de Monteiro (2011) é um diferencial competitivo, permitindo o acesso e a permanência de acadêmicos que não se enquadram nos perfis ensejados pelos demais programas. Por meio dessa iniciativa, a Instituição consegue atender à demanda pelas contribuições decorrentes das necessidades regionais, de seu público específico e de suas características demográficas.

A relevância desses programas se confirma na “IES B”, no momento em que a pesquisa identifica mais de 50% dos acadêmicos da Instituição com algum tipo de financiamento, consolidando práticas de inclusão identificadas como um fator crítico de sucesso na Instituição. Tal aspecto determina um notório reconhecimento da sociedade, já que as políticas de financiamento permitem à “IES B” atender às necessidades sociais que se apresentam e consolide seus objetivos e valores institucionais.

As políticas de financiamento adotadas pela “IES B” também refletem em outros aspectos, no âmbito da Instituição, e podem, inclusive, alavancar seus indicadores de qualidade, já que os dados consideram os números de matrículas no contexto dos cursos de graduação. No cálculo do IGC, quando não existem dados de participação no ENADE do respectivo ano,

considera-se a ponderação de matrículas, tal como é discutido pela Portaria Normativa N° 23, de 29 de dezembro de 2010, sendo que esse fator passa a ter relação intrínseca com o controle da evasão e da ociosidade das vagas. As políticas de financiamento ensejadas pela Instituição passam a ser um mecanismo efetivo contra esses fatores, que de acordo com o Censo da Educação Superior divulgado pelo INEP (2011), vem aumentando no último ciclo de avaliação.

De acordo com as investigações, percebe-se que os indicadores relacionados à evasão na “IES B” são menores que os números destacados por Monteiro (2011), levantados por meio do estudo do Censo da Educação Superior de 2009, em torno de 14%. Isso demonstra a eficácia das políticas institucionais de formação, sobretudo as que são relacionadas ao controle desse evento.

Conforme a pesquisa, a “IES B” apresenta um índice menor de 8% referente ao primeiro semestre de 2011, desenvolvendo ações, como o “Plano Fidelidade”, voltado à construção de um planejamento para o equacionamento das mensalidades, e o “Incentivo ao Retorno”, promovendo o preenchimento de vagas a partir do retorno de acadêmicos evadidos, isentando-os da primeira mensalidade.

No momento em que se considera a ociosidade, percebe-se que a “IES B” também logra êxito em suas ações, já que a pesquisa mostra que os indicadores relacionados a esse aspecto também são menores do que os índices demonstrados por Monteiro (2011). Atualmente, considerando também as análises de Garcia (2011), o índice, em nível nacional, chega a 52% no contexto das instituições privadas. Na Instituição, o indicador é de 30%, se considerado o primeiro semestre de 2011, controlado a partir do desenvolvimento de ações relacionadas ao processo seletivo e à oferta de vagas para disciplinas isoladas.

Os programas preconizados pela Instituição ainda preveem que as vagas ociosas sejam ocupadas matrículas em disciplinas isoladas, retornos, reingressos e transferências, determinando as regras no edital lavrado na época do processo seletivo da “IES B”. Esses aspectos, dentro das considerações de Frauches e Fagundes (2007) e Rodrigues (2010), consolidam a identidade institucional em pilares descritos nos planos e objetivos para a educação superior no Brasil, consolidando-a como Instituição responsável e comprometida com o seu *lócus* de atividade.

4.3 “IES C”

Ao identificar, por intermédio da pesquisa, os aspectos, que consolidam as intenções da Faculdade “IES C” no processo de democratização da educação superior no contexto da região Sul do estado de Santa Catarina, percebe-se que a Instituição assume compromissos aderentes à proposta de desenvolvimento da educação superior no Brasil, além de desenvolver suas atividades em áreas prioritárias para o desenvolvimento do País, destacadas no âmbito do Plano Nacional de Pós-Graduação, promulgado pela CAPES (2010).

As intenções da Instituição se amparam em atender às áreas de conhecimento específicas e reiteram as especificidades imbuídas em sua identidade institucional, a qual faz da Instituição um referencial em áreas, como a da engenharia e da tecnologia da informação, influenciando outros programas que possam ser desenvolvidos pela Faculdade.

No momento em que se consideram as contribuições de Monteiro (2011) e CAPES (2010), percebe-se que a Faculdade “IES C” busca a constituição de uma identidade específica e diferenciada das ações assumidas por outras instituições da região, fomentando pesquisas, projetos e demais ações que determinem uma percepção diferenciada de sua estrutura pela comunidade acadêmica.

Com os dados da pesquisa, mesmo se constituindo como uma Faculdade Isolada, a Faculdade “IES C” preconiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no momento em que busca uma interação com a sociedade por intermédio da produção e da socialização de conhecimentos relevantes ao desenvolvimento da comunidade, utilizando metodologias inovadoras em seu processo de ensino e aprendizagem.

A Instituição ainda é jovem, mas, com quase dez anos de atividade, já contempla mais de 700 acadêmicos em seus oito cursos de graduação em nível de bacharelado e de graduação tecnológica, confirmando as áreas tecnológicas como sendo a base de sua identidade institucional destacada em seu PDI. Nesse contexto, a “IES C” também logra êxito quando desenvolve suas atividades no sentido de atender ao público-alvo destacado pelo PNE, atendendo mais de 70% de acadêmicos dentro da faixa etária de prioridade da educação superior no Brasil, entre 18 e 24 anos.

Em consonância com esses aspectos, a Instituição também busca a inclusão, a democratização do acesso e a promoção da permanência por intermédio da oferta de programas

de financiamento que, de acordo com Monteiro (2011), é a base para o desenvolvimento de um processo de expansão necessário e fundamental para a consolidação da educação superior como instrumento de construção social. De acordo com as contribuições da investigação, a Faculdade “IES C” preconiza os programas delineados pelas políticas públicas em âmbito nacional, como o ProUni e o FIES, e, em âmbito estadual, como o Art. 170 e o Art. 171.

Esses programas também são responsáveis por orientar a construção do perfil institucional, já que são considerados no âmbito dos indicadores de qualidade da avaliação institucional por intermédio de aspectos que são verificados em instrumentos complementares de coleta de dados da educação superior, tais como o Censo da Educação Superior e o Questionário Socioeconômico do ENADE. Os fatores ora levantados tornam-se substantivos no cálculo dos índices, que levam em consideração a estrutura da oferta institucional e o público atingido pelas ações da Instituição.

Na Faculdade “IES C”, por meio dos dados da pesquisa, os programas de financiamento atendem ao quantitativo baixo, sendo que cerca de apenas 10% dos acadêmicos usufruem destas oportunidades. Isso retrata um perfil socioeconômico diferenciado dos acadêmicos da Instituição, o que tem impacto no momento em que são constituídos os princípios comparativos ensejados pelo Indicador de Diferença de Desempenho Esperado e Observado, utilizados nos Conceitos Preliminares de Curso que culmina no Índice Geral de Cursos Avaliados, que convergem à consecução dos objetivos propostos pelo SINAES.

O perfil institucional diferenciado também se estrutura no momento em que se identificam os dados relacionados à evasão e a ociosidade nos cursos da Instituição, os quais são, de acordo com Monteiro (2011) e Garcia (2011), fatores preponderantes ao desenvolvimento das atividades e objetivos institucionais. Ao considerar a evasão, que no cenário das instituições privadas podem chegar a 14%, a Faculdade “IES C” apresenta um indicador abaixo dos 10%, o que pode ser considerando quase que insignificante, consolidado por programas de nivelamento e serviços de apoio pedagógico e psicopedagógico, alinhando os resultados desses instrumentos com as políticas de ensino da Instituição.

Já no âmbito da ociosidade, enquanto a iniciativa privada em âmbito geral apresenta indicadores próximos aos 52%, a Faculdade “IES C” tem seus indicadores fixados em 38%, e em processo de diminuição de acordo com pesquisas internas da autoavaliação. Esses indicadores

estão diminuindo em função da oferta de disciplinas isoladas, transferências externas e a busca por acadêmicos interessados em desenvolver uma segunda graduação. Isso permite que a Instituição se posicione de modo a atender as necessidades específicas e designadas a partir dos compromissos assumidos em seu PDI, atuando rumo ao atendimento de aspectos prioritários para a região, para o estado e, de acordo com CAPES (2010), pelo Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo, como fruto de uma reflexão científica vinculada a temática da educação superior, teve como base os conceitos e direcionamentos concretos sobre um cenário em constante evolução e de complexidade evidenciada pela estrutura legal aplicada ao funcionamento de instituições e cursos de graduação. Pela avaliação, é possível identificar que a expansão do segmento passa pelo fomento de políticas próprias e institucionais para que o acesso esteja alinhado em uma perspectiva estratégica que permita o crescimento sustentável da educação superior brasileira.

A partir dos casos estudados, percebe-se que a democratização do acesso pode ser consolidada por meio das instituições responsáveis pela interiorização, instaladas em cidades do interior e que atuam em uma, ou poucas, áreas de conhecimento. As faculdades isoladas, responsáveis por levar educação superior a cidades que estão geograficamente distantes dos grandes centros, passam a possuir relevante significado no contexto educacional, principalmente pela dinâmica de seu funcionamento e pela facilidade de adequação às políticas públicas para a educação superior.

Isso permite que sejam construídas práticas de desenvolvimento de um processo relevante para a consolidação das atividades institucionais e de educação superior promovida por essas instituições. A democratização do acesso, no contexto dessas instituições, é evidente a partir de uma proposta dinâmica que envolve ações acadêmicas e administrativas que são consolidadas na estratégia das instituições, envolvendo a comunidade acadêmica na definição de propostas e estratégias de segmentação que consideram os conceitos pleiteados no PNE. Em específico, nos casos em voga, as instituições localizadas no sul do estado de Santa Catarina exercem um papel importante no processo de expansão, buscando conhecer os principais indicadores que visam a

construção de sua competitividade e, sobretudo, a colaboração com as políticas educacionais para o segmento da educação superior.

As práticas elucidadas no artigo se apresentam como oportunidades para as instituições objeto de estudo, orientando ações que permitam a construção de uma realidade alinhada às diretrizes maiores para a educação nacional, fazendo do Plano Nacional da Educação um instrumento de significativa colaboração para a atividade institucional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei N° 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em 10/05/2011. Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos: 2001.

Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. Acesso em 10/04/2011. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. 1996.

Portaria normativa N° 23 de 29 de dezembro de 2010. Itera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Acesso em: 12/04/2011. Disponível em:

<http://www.semesp.org.br/portal/pdfs/juridico2011/Portarias/Janeiro/PORTRARIA%20N%202023%20-1-12-10.pdf>. Casa Civil. 2010.

Censo da Educação Superior 2010 – Divulgação dos Principais Resultados. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ministério da Educação (MEC). 2011.

Decreto 3.860 de 09 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Acessado em: 10/04/2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DecN3860.pdf>. Casa Civil 2001.

Lei N° 10.861, de 14 de Abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e da outras providências. Acesso em: 10/04/2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>. 2004.

Lei N° 5.540. Lei da reforma universitária. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 09/10/2011.
Subchefia para assuntos jurídicos. 1968.

_____. Resgatando o significado do Departamento na Universidade Brasileira in MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino Superior Brasileiro**. São Paulo, Perspectiva, 1989.

_____. **Constituição**: República Federativa do Brasil, Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRAGA, Ryon. **Análise setorial do ensino superior privado no Brasil: tendências e perspectivas**. São Paulo: Hoper. 2009

CAPELATO, Rodrigo. **Entendendo o conceito preliminar de curso – CPC – e o Índice Geral de Cursos – IGC**. IN: Seminário Catarinense de Educação Superior. Associação de Mantenedores Particulares do estado de Santa Catarina (AMPESC). Florianópolis. 2011.

CAPES. **Plano nacional de Pós-Graduação 2011-2020**. Vol.1. Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília. 2010.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Educação Superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das Universidades Públicas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?** Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, out. 2004.

ESTEVES, P.C.L. **Fatores determinantes de mudanças na estrutura competitiva do sistema de ensino superior de Santa Catarina**. Tese. 154f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Os dilemas da reforma universitária consentida. Debate e Crítica**. São Paulo, n. 2, p. 1-42, jan./jun. 1974.

FRAUCHES, CELSO; FAGUNDES, Gustavo. M. **LDB Anotada e Comentada e Reflexões sobre a Educação Superior**. 2 ed. Brasília: 2007.

GARCIA, Mauricio. **Gestão Profissional em Instituições Privadas de Ensino Superior: um “guia de sobrevivência” para mantenedores, acionistas, reitores, pró-reitores, diretores, coordenadores, gerentes e outros gestores institucionais**. Brasil: Hoper, 2006.

_____. **Cenários e desafios para atingir 10 milhões de alunos na educação superior**. Trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular. Salvador. 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Alfredo Macedo. **Política de avaliação da educação superior: controle e massificação.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 277 – 300, set. 2002.

GOUVEIA, Andreia Barbosa. SILVA, Antonia Almeida. SILVEIRA, Adriana A. Dragone. JACOMINI, Márcia Aparecida. BRAZ, Terezinha Pereira. Trajetória da avaliação da Educação Superior no Brasil: singularidades e contradições (1983-2004). **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 16, n. 31, p. 101-131, 2005.

KLEBER Klaus; TREVISAN Leonardo.(Org). **Produzindo capital humano.** O papel do ensino superior privado como agente econômico e social. São Paulo, Cultura: 2010.

MACHADO, Luis. Eduardo. **Gestão Estratégica para instituições de educação superior privadas.** 1 ed. – São Paul: FGV Editora 2008.

MONTEIRO, Carlos. **O desafio de colocar 10 milhões de estudantes no ensino superior. Estudos e projeções:** panorama e propostas. Trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular. Salvador. 2011.

MORHY, Lauro (Org.). **Universidade em questão.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

OCDE. **Education at a glance: OCDE indicator. Organization for economic co-operationand development,** 2010.

OLIVEN, Arabela Campos. **Histórico da educação superior brasileira.** In SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord). A educação superior no Brasil. Porto Alegre, IESALC/ CAPES/UNESCO.2002.

PAIM, Antonio. A busca de um modelo universitário. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro.** Brasília: CNPq, 1982.

REAL, Giselle Cristina Martins. **A qualidade revelada na educação superior: impactos da política de avaliação no Brasil.** 206fls. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

RODRIGUES, Gabriel Mario. Imagem do ensino superior. In: Seminários ABMES. **Da proposta à ação; estratégias para melhorar a imagem do ensino superior particular e atrair alunos.** Brasília. 2010.

SILVA, Gustavo Javier Castro. **O ensino superior privado: o confronto entre lucro, expansão e qualidade.** 2008. 282f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

SOARES, Maria Susana A. (Org). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: IESALC/UNESCO, 2002.

SOUZA, Antonio C.; FIALHO, Francisco. A. P.; OTANI, Nilo. **TCC Métodos e Técnicas**. 1^a Ed. Florianópolis: Visualbooks, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TRINDADE, Hélgio. Pensadores y forjadores de universidades creadas a partir de la independencia. In GARCIA GUADILLA, Carmem. **Pensamiento Universitario Latinoamericano: Pensadores y Forjadores** Caracas: CENDES, IESALC-UNESCO, bid & co. editor, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, Regina Beatriz Bebilacqua. Avaliação em movimento: do PAIUB ao PGE: O caso da universidade federal de Goiás. IN: **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 3, p. 87-108, nov. 2010.

VOOS, Jordelina. B. A. **O processo de Avaliação Institucional e a adaptação estratégica na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE**. 2004. 216 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) niversidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: Santa Catarina, 2004.

YIN, Robert R. **Estudo caso planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.